

Serviço: Instituto de Desenvolvimento Empresarial

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO

Nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 22/2015, de 17 de março (Quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), declaro não existirem recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2014.

Funchal, 23 de março de 2015.



(O Presidente do Conselho de Administração)